

Serviço Social na educação: possibilidades e limites da intervenção profissional junto à família*

Social Service in education: possibilities and limits of the professional intervention along with the family

Ana Cristina MOREIRA**

Resumo: Este artigo apresenta o resultado de pesquisa desenvolvida como conclusão do Curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares Junto à Família, no ano de 2007, visando à sistematização da prática profissional do Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação de Telêmaco Borba – PR, no período de junho de 2005 a maio de 2007, junto às famílias das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, bem como as possibilidades e limites desta prática profissional.

Palavras-chave: Prática profissional do Serviço Social. Educação. Família.

Abstract: This paper presents the outcome of the research carried out as final paper for the Specialization Course in Interdisciplinary Practices along with the Family in the year 2007, aiming at the systematization of the professional practice of the social assistant in Telêmaco Borba's Department of Education, from June 2005 to May 2007, along with the families of the Municipal schools and the Municipal Child Education Centers – CMEIs, as well as the possibilities and the limits of these professional practices.

Keywords: Professional practices of Social Service. Education. Family.

Recebido em: 28/07/2008. Aceito em: 10/04/2009.

* Artigo elaborado a partir da conclusão do Curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares Junto à Família, no ano de 2007, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, sob orientação da Prof. Dra. Jussara Ayres Bourguignon.

** Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação do Município de Telêmaco Borba – PR. Especialista em práticas interdisciplinares junto à família pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

1 Introdução

Neste artigo, apresentamos uma sistematização da prática profissional do Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação do Município de Telêmaco Borba – PR, no período de junho de 2005 a maio de 2007, junto às famílias das Escolas e dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, bem como as possibilidades e limites desta prática profissional.

Com base no compromisso ético-político do profissional, e compreendendo que, conforme aponta Bourguignon (2006, p. 42), a questão motivadora da pesquisa “é sempre expressão de uma dada experiência pessoal e profissional”, desenvolvemos a pesquisa qualitativa articulada à quantitativa, por entendermos que ambas se constituem em abordagens complementares, que possibilitam ao pesquisador desenvolver melhor os temas de pesquisa complexos e/ou que exigem análise de dados, associados à revisão bibliográfica e à análise de documentos internos da Secretaria Municipal de Educação, especificamente o formulário de Estudo Social aplicado durante as visitas domiciliares pelo Assistente Social.

Num primeiro momento, consideramos importante apresentar as ações que vêm sendo realizadas na Rede Municipal de Ensino do Município de Telêmaco Borba – PR, tendo como ponto de partida a elaboração coletiva e a implantação da Proposta Pedagógica da Rede Municipal. Proposta esta que é fundamentada na pedagogia sócio-histórica, no sentido de desenvolver, enquanto política educacional, uma educação de qualidade que realmente garanta o acesso e a permanência de todos os alunos matriculados.

Como parte dessa política, uma ação importante é a organização do Centro Municipal de Apoio Especializado – CEMAE, que oferece atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, visando à educação inclusiva nas Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs de toda a Rede, atuando também diretamente com as famílias sempre que necessário, ou quando fatores de ordem econômica, social, psicológica e cultural comprometem a aprendizagem e socialização do educando no contexto escolar.

Buscamos neste trabalho, além de divulgar a prática profissional realizada pelo Serviço Social na respectiva Secretaria, trazer contribuições para a profissão, partindo do entendimento de que a prática só pode se tornar objeto de reflexão a partir do momento em que é sistematizada.

Conforme Almeida (2006, p. 403), “o esforço de sistematização não significa apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, a organização e a análise dos mesmos a partir de postura crítico-investigativa” e, podemos acrescentar, compromisso ético-político do profissional.

Almeida (Ibidem) completa que “a sistematização no trabalho do Assistente Social é antes de tudo uma estratégia que lhe recobra a dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja, revitaliza e atualiza o estatuto teórico da profissão [...]” Além de revitalizar o trabalho profissional e contribuir nos processos de conquista de maior autonomia do Serviço Social no âmbito dos estabelecimentos onde atua, a sistematização possibilita visualizar os limites, avanços e a contribuição efetiva de sua atuação.

2 A organização da política educacional no município de Telêmaco Borba – PR

O município localiza-se estrategicamente, ficando a 241 km da cidade de Curitiba e a 200 km de Londrina, pela Rodovia do Café – BR 37.

Conforme dados do IBGE, no ano 2000 o Município possuía 61.238 habitantes, com estimativas de aumento populacional para 64.192 habitantes no ano de 2006, ou seja, um aumento de 0,8% em relação ao ano 2000. Por ser o maior de sua microrregião em extensão territorial e populacional, tornou-se sede de estabelecimentos públicos e privados que atendem todo o limite de sua fronteira municipal, contando com Hospital, Regional de Saúde, laboratórios de análises clínicas, Núcleo Regional de Educação, SANEPAR e outros serviços.

No que se refere à faixa etária, podemos analisar que 20% da população encontra-se entre 0 (zero) a 19 anos de idade, constituindo-se,

portanto, num público essencialmente jovem. Esse dado deve ser considerado no Planejamento Estratégico das Secretarias Municipal e Estadual de Educação e caracteriza-se como desafio ao Poder Público local na busca de novos postos de trabalho para atender essa população em idade produtiva. Outro dado importante diz respeito aos índices crescentes de alfabetização no município, que possui 89,50% da população alfabetizada ou em processo de alfabetização. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2007).

Levando em consideração algumas peculiaridades do município, como a arrecadação municipal, população rural pequena, onde a gestão educacional se torna menos abrangente e com gastos mais polarizados, e tomando-se como base um índice médio de crescimento decenal de 5%, projeta-se para o ano de 2010 94% da população municipal alfabetizada, alcançando hipoteticamente 100% no ano de 2022. (IPEA 2000 apud SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2007).

A Rede Municipal de Ensino é composta de 22 Escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil, que atendem 7.097 alunos, e de nove CMEIs, com capacidade de atendimento para 650 crianças de zero a seis anos, totalizando 7.757 alunos.

A seguir, passaremos a considerar alguns aspectos históricos da construção coletiva da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino, que se constituem em pontos de fundamental importância para a compreensão dos avanços proporcionados pela Política Educacional do Município.

2.1 Contextualização da Proposta Pedagógica para a Rede Municipal de Ensino de Telêmaco Borba – PR, no período de junho de 2005 a maio de 2007

O ponto de partida para identificar as reais necessidades a serem supridas pela Política Municipal de Educação foi a realização, em 2005, de um diagnóstico envolvendo professores, funcionários, alunos e familiares da Rede nas Pré-Conferências que antecederam a I Conferência Municipal de Educação, que teve como tema

“Da escola que temos à escola que queremos: problemas e possibilidades”.

Com o resultado do diagnóstico, evidenciaram-se algumas prioridades no âmbito educacional que foram redimensionadas através das discussões em plenária na Conferência e nos trabalhos de grupo, sendo que um deles abordou o tema “Família e escola: parceria imprescindível”.

O trabalho de grupo teve como base para discussão um documento construído a partir do debate realizado nas pré-conferências, denominado “Texto final: I Conferência Municipal de Educação, 2005”, que preconizava a importância da participação da família do aluno para fortalecimento da escola na comunidade como veículo de interação social e instância promotora da educação. Ainda segundo o texto, a presença da família assegura ao aluno uma base forte para seu desenvolvimento não só na aprendizagem, como também no que diz respeito aos princípios éticos e aos valores sociais e afetivos necessários à sua formação como pessoa e como cidadão.

O documento também apresentou algumas diretrizes básicas para a temática em debate, como: “A expansão dos projetos já existentes, como a Escola Aberta,¹ a Escola de Tempo Integral,² Conferências e Fóruns de Educação e promoção de encontros de reflexão, discussão e debates sobre os problemas da educação com os pais durante a “Semana da Família na Escola”. (SME, 2005, p. 39).

1 Conforme a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino (2007, p. 47), o Projeto visa a desenvolver ações sistemáticas e planejadas de caráter social e educativo nos finais de semana para crianças, adolescentes, jovens e para a comunidade em geral que possam enriquecer e complementar a ação educativa praticada pela escola, assegurando o desenvolvimento da comunicação, da socialização, de trocas culturais e valorizando, assim, a diversidade existente na comunidade de apoio ao processo ensino-aprendizagem, procurando atender às necessidades da comunidade onde as escolas estão inseridas.

2 Na mesma Proposta (2007, p. 43), a Escola de Tempo Integral constitui-se em uma proposta de escola que atenda às necessidades dos alunos filhos dos trabalhadores residentes no espaço rural e/ou periférico do município. Ela prevê que os alunos permaneçam na escola durante todo o dia em atividades diversificadas, além dos conhecimentos escolares. Esse projeto priorizará o ensino dos conteúdos e conhecimentos sistematizados presentes na organização curricular da Educação Básica, a cultura, o esporte e as relações sociais escola/comunidade. Deverá ser o espaço integrador da comunidade escolar com a família.

Após o estudo, debate e sistematização das discussões nos grupos, as mesmas foram apresentadas à plenária, cujos questionamentos e proposição de ações passaram por votação para serem, então, contempladas no planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação – SME para o ano de 2006.

A elaboração da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino constitui um trabalho que vem sendo realizado desde 2005 pela equipe da SME, juntamente com os funcionários e professores. Sua construção é resultado de um intenso trabalho de formação continuada, que vem acontecendo na Rede Municipal de Ensino em diferentes momentos desde o início do ano de 2005, contando com a assessoria teórica de mestres e doutores de várias instituições de Ensino Público do Estado do Paraná.

Conforme a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino (2007, p. 09):

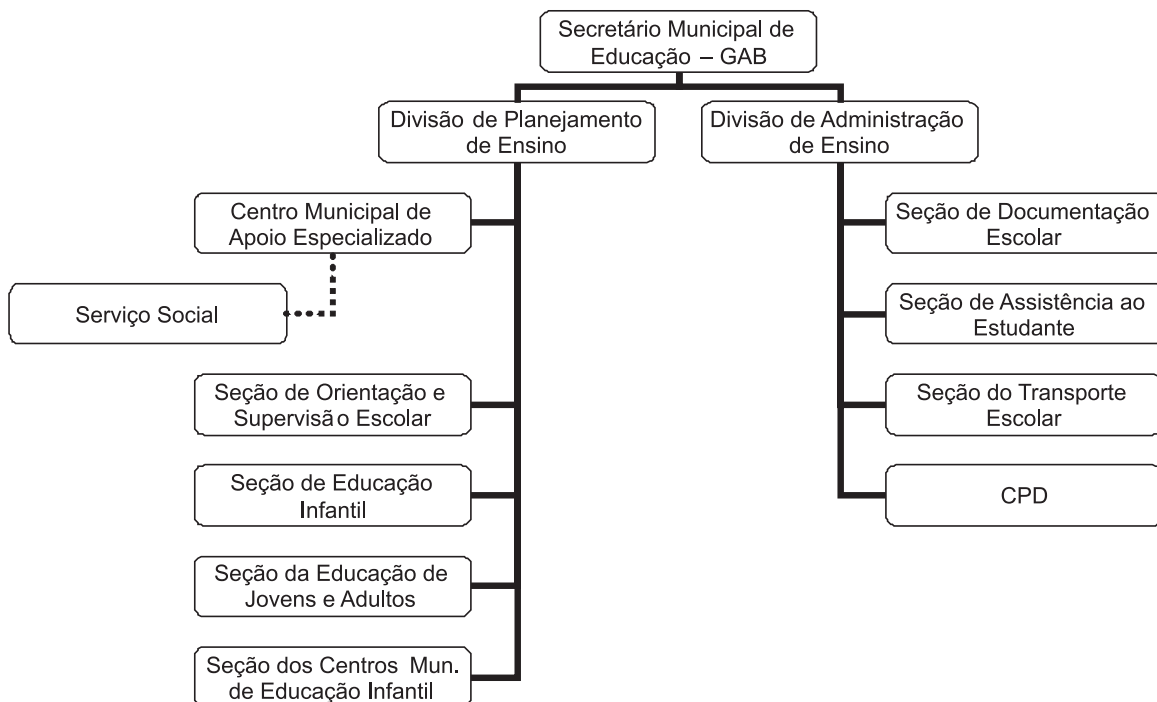
Não é possível esperar que a sociedade melhore e se transforme sem que se pense e se projete as mudanças necessárias na educação. Como processo constitutivo do ser humano, apesar de seus limites e dificuldades,

a escola deve posicionar-se frente às necessidades humanas e contemplar a elevação da condição social, material e histórica dos educandos, pela apropriação do conhecimento elaborado social e historicamente pela humanidade.

É necessário que os sujeitos envolvidos no processo educacional tenham condições de manter sua integridade moral e sua dignidade como fatores necessários para que a transformação social aconteça, pois, como sujeitos e seres sociais conscientes das necessidades da sociedade, poderão pensar nas formas de mudar a realidade na qual estão inseridos. Essa transformação na consciência do educando é que se constitui no objetivo maior da educação escolar.

Só quando se conhece bem uma realidade torna-se possível pensar em transformá-la. Dentro dessa perspectiva, a educação é responsável por fazer com que o educando adquira esse conhecimento de vital importância. Portanto, pode-se afirmar que a concepção de educação na visão sócio-histórica, “é uma construção histórica, assim como o homem se desenvolve histórica e socialmente, criando a cultura, transformando o

Figura 1 – Organograma da Secretaria Municipal de Educação



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2007.

meio em que vive e transformando-se também nessa interação”. (SME. 2007, p. 20).

A Proposta Pedagógica explicita o compromisso com a promoção real do aluno, com o crescimento profissional do educador, enfim, com a compreensão social, política e cultural da educação enquanto um meio de transformação social.

No contexto da gestão da política educacional apresenta-se o organograma da SME de Telêmaco Borba – PR, tendo como objetivo facilitar a localização do Serviço Social.

Do organograma, aborda-se com maior ênfase o CEMAE, o qual é composto por duas (2) Psicólogas, duas (2) Psicopedagogas, uma (1) Pedagoga, uma (1) Fonoaudióloga e uma (1) Assistente Social, tendo como objetivo garantir o atendimento especializado a alunos com necessidades educacionais especiais, visando à Educação Inclusiva nas escolas e CMEIs da Rede.

Segundo a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino (2007, p. 15):

O conceito de Educação Inclusiva, não diz respeito somente às crianças com deficiências, mas a todas as crianças que encontram barreiras como: de acesso à escolarização; barreiras determinadas por problemas sociais como pobreza extrema, desagregação familiar, negligência familiar, faltas e/ou evasão escolar; história de fracasso escolar, etc.

Na maioria dos casos, são essas barreiras, mais que as necessidades educativas especiais de aprendizagem ou as deficiências mentais e físicas, que ocasionam a exclusão dos alunos em seu direito à educação como exercício pleno de sua cidadania.

A inclusão das crianças e jovens que sofrem processos de exclusão seja na dimensão racial, de classe social, ou de gênero, ou por ser portadora de deficiência física, sensorial, mental, ou de altas habilidades (superdotação), deve mobilizar relações e funções desempenhadas pela escola, superando a mera tolerância às situações apresentadas pelos sujeitos de direitos.

A equipe do CEMAE, especificamente as psicólogas e psicopedagogas, também assessoram e encaminham alunos, após avaliação, aos serviços especializados organizados na Rede Municipal de Ensino, que são: as salas de recur-

sos; as classes especiais, no caso de deficiência mental; a classe especial de condutas típicas; e o centro de atendimento especializado na área da surdez e na área visual.

Do total de 7.757 alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, 160 crianças são atendidas pelos serviços especializados. Se compararmos o número de alunos atendidos com o total de alunos matriculados, à primeira vista ele pode não parecer muito significativo, contudo, se esses serviços não estivessem organizados no município, este estaria se contrapondo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação/96, que prevê a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Regular. Outro fator a ser considerado diz respeito ao direito de acesso e permanência desses alunos na escola, pois é possível que, sem esse atendimento, os mesmos estivessem evadidos.

É importante esclarecer que os encaminhamentos dos alunos para o CEMAE só são realizados depois de esgotadas todas as alternativas de trabalho com o aluno e seus familiares no contexto escolar. Para encaminhá-los, a escola envia uma ficha devidamente preenchida contendo os dados do aluno com discriminação detalhada nos aspectos psicológico, social, psicopedagógico e fonoaudiológico, pois tal detalhamento direciona a avaliação e o acompanhamento a ser realizado, seja junto ao aluno e/ou a sua família.

3 A prática profissional do Serviço Social

Entende-se que a prática profissional não ocorre de forma aleatória ou fora da realidade concreta dos sujeitos, e sim na dinâmica da sociedade, num determinado momento histórico, numa dada conjuntura. Assim:

[...] a prática profissional é um produto humano, uma objetivação produzida e construída historicamente pelo homem num processo dialético contínuo no qual o homem (o produtor) e o seu mundo social reagem reciprocamente um sobre o outro gestando a chamada divisão sociotécnica do trabalho da sociedade burguesa. (BAPTISTA, 2001, p. 13).

A prática do Assistente Social não é uma prática ingênua. Na verdade, ela é enriquecida

pelos interesses pessoais e também coletivos do profissional, a partir do seu projeto de profissão e de sociedade. Projeto este que foi se consolidando de acordo com a reflexão crítica deste frente à realidade concreta, da mesma forma que seu posicionamento e compromisso ético-político. Ela envolve também o domínio teórico-metodológico e a articulação com processos de investigação da realidade.

O Serviço Social, compondo a equipe do CEMAE, na SME, atua diretamente junto às famílias dos alunos que apresentam problemas de aprendizagem, problemas de higiene, de saúde e evasão escolar – tanto das escolas como dos CMEIs –, atendendo também alunos vítimas de abuso sexual por parte de pais ou responsáveis e familiares com diferentes problemas de origem social, econômica, ou cultural. Some-se a isso a avaliação das condições socioeconômicas de famílias que solicitam vaga nos CMEIs e outras situações emergenciais que exigem intervenção do Assistente Social.

As primeiras demandas do Serviço Social foram solicitações para o agendamento de consultas especializadas a alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem e de socialização com colegas e professores, além de apatia e outros problemas de comportamento. O objetivo desses encaminhamentos era descartar a possibilidade de comprometimentos visuais, auditivos, ou neurológicos através de avaliação do especialista. Outros casos foram de alunos faltosos e outros já evadidos na metade do ano.

Com o enfrentamento das demandas cotidianas, o Serviço Social vem conquistando espaço e consolidando a prática profissional na Política Municipal de Educação em Telêmaco Borba – PR.

3.1 O Cotidiano e a prática profissional

Para Carvalho (2000, p. 51) é na vida cotidiana que se consolidam, se perpetuam ou se transformam, no mundo moderno, as condições de vida mais amplas. E é nela e sobre ela que o Assistente Social realiza sua prática profissional. Ou seja,

[...] o cotidiano é o “chão” onde se dá a produção e a reprodução das relações sociais”. “A esfera da privacidade do cotidiano sai do controle direto e se “abre” ao Assistente Social como campo a ser explorado, resgatando-se nele as formas de expressão, resistência e criação de dimensões inovadoras na prática dos trabalhadores” [...] O desvelamento do cotidiano é condição indispensável para a ação educativa do Assistente Social, que reforce os interesses objetivos da classe trabalhadora e potencie, ao mesmo tempo, a sua prática profissional. (CELATS apud BAPTISTA, 2001, p. 25, grifo do autor).

Para tanto, um dos instrumentais técnico-operativos utilizados pelo Serviço Social na equipe do CEMAE é o Estudo Social, que se concretiza por meio de outros instrumentais, como a entrevista semiestruturada e a observação durante visita domiciliar.

De acordo com Fávero (2003, p. 42), o Estudo Social é compreendido como,

um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.

A partir das informações obtidas junto à família, são realizadas orientações pertinentes à demanda que gerou a visita domiciliar, bem como encaminhamentos à Rede de Serviços existente no município, quando evidenciada a necessidade.

É importante esclarecer que, ao contatar a família do aluno pela primeira vez, o profissional a aborda, explicando-lhe o motivo da visita mediante apresentação da ficha de encaminhamento da escola e pedindo permissão, logo em seguida, para aplicar o Estudo Social, esclarecendo sua relevância para o conhecimento do contexto social, econômico e cultural da família.

Algumas famílias recebem o profissional com desconfiança, hesitando em responder às perguntas. De maneira geral, porém, as pessoas correspondem ao objetivo da visita, procedendo com simpatia e mostrando receptividade para com o Assistente Social. É comum que de-

monstrem preocupação em relação às questões apontadas pela direção da escola na ficha de encaminhamento, aproveitando a presença do profissional para relatar sua história de vida, o contexto social em que vive a família, bem como as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia, tais como desemprego, doenças que assolam a família, falta de interesse dos filhos em estudar, despreparo para educá-los, enfim.

Muitas das famílias atendidas vivem em condições extremas de pobreza e exclusão social: desemprego; problemas de moradia e de saneamento básico; um ou mais casos de dependência química (álcool e/ou outras drogas); e falta de escolarização e cursos profissionalizantes entre os membros são comuns. Algumas apresentam problemas de higiene; histórico de evasão escolar e/ou não conclusão do Ensino Fundamental por parte dos filhos mais velhos; violência doméstica; e abuso sexual. Há, também, muitos casos de famílias passando fome.

Das 266 famílias atendidas pelo Serviço Social do mês de junho de 2005 ao mês de maio de 2007, 160 viviam com os recursos provenientes dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC, e da participação no Projeto da Secretaria de Ação Social “Cuidando do corpo alimentando a mente”, que objetiva distribuir cestas básicas mediante a participação da família em palestras socioeducativas, que acontecem três vezes ao mês.

Após cada visita domiciliar, o Assistente Social faz a devolutiva para a direção da escola solicitante acerca das observações realizadas junto à família e arredores, bem como dos problemas e dificuldades que assolam a família naquele momento, das orientações proferidas e dos encaminhamentos efetuados. No caso dos CMEIs, a devolutiva ocorre mediante a descrição das condições socioeconômicas da família em Relatório Social, que, conforme Fávero (2003,

p.44), “se traduz na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social”.

O trabalho aqui sistematizado vem sendo construído no agir profissional, de acordo com o Código de Ética da Profissão e com o compromisso político e ideológico do profissional. Os instrumentais técnico-operativos utilizados vêm sendo reconstruídos após cada ação efetuada e avaliada.

3.2 Caracterização socioeconômica das famílias atendidas pelo Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação de Telêmaco Borba – PR, no período de junho de 2005 a maio de 2007

Visando a conhecer e compreender a realidade e as condições em que vivem e se organizam as famílias atendidas pelo Serviço Social, apresentamos alguns dos dados obtidos durante a aplicação do Estudo Social, também com o objetivo de apontarmos algumas características comuns aos mandatários, tais quais: situação civil; situação ocupacional; renda; número de pessoas na família; escolaridade; número de filhos; arranjos familiares; e principais problemas enfrentados pelas famílias.

Desde o mês de junho de 2005 até o mês de maio de 2007, foram realizados 266 atendimentos com Estudo Social, sendo que 45 famílias são acompanhadas sistematicamente pelo Serviço Social, em decorrência das demandas apresentadas pela direção das escolas e CMEIs e de acordo com a problemática vivenciada pelo Serviço Social na família.

No Quadro 1, apresentamos detalhadamente o número de famílias atendidas pelo Serviço Social e as principais demandas oriundas das escolas e CMEIs:

QUADRO 1 – Classificação das demandas apresentadas pelas escolas e CMEIs do município de Telêmaco Borba – PR e número de famílias atendidas no período de 2005 a maio de 2007.

(continua)

DEMANDAS	ORIGEM	Nº DE FAMÍLIAS E CRIANÇAS ATENDIDAS
Avaliação socioeconômica das famílias que solicitam vagas nos CMEIs	CMEIs	41 famílias

DEMANDAS	ORIGEM	Nº DE FAMÍLIAS E CRIANÇAS ATENDIDAS
Evasão escolar	Escolas e CMEIs	22 crianças
Faltosos	Escolas e CMEIs	65 crianças
Verificação de denúncias sobre mães trabalhadoras que se encontram desempregadas	CMEIs	06 famílias
Verificação do motivo do descumprimento no horário de retirada da criança no CMEI	CMEIs	03 famílias
Verificação do motivo de a mãe proibir o pai de visitar a filha no Centro	CMEIs	01 família
Crianças com escabiose (sarna)	CMEIs e Escolas	07 crianças
Famílias (pais e/ou responsáveis) ausentes da vida escolar dos filhos	Escolas e CMEIs	26 famílias
Violência física	CMEIs e Escolas	02 crianças
Negligência familiar	CMEIs e Escolas	20 famílias
Crianças em situação de risco	CMEIs	01 criança
Crianças com problemas no comportamento (falta de limites, agressividade, apático, calado, dependente, indisposição, mimo exagerado, alienadas, não socialização, crises de ausência, ansiosa, emotiva, automutilação, roubo, medo excessivo, falta de concentração, entre outros)	CMEIs e Escolas	41 crianças
Falta de higiene pessoal (sujeira e piolho)	CMEIs e Escolas	36 famílias
Problemas de saúde (baixo peso/desnutrição, paralisia facial, vermes, dores de cabeça, desmaio, oftalmologista, otorrinolaringologista, ortopedista, neurologista, suspeita de HIV, fala (Fonoaudióloga), alergista, deficiente auditivo, pediatra, psicólogo, exames laboratoriais, urina solta, hérnia, suspeita de tuberculose, garganta, infecção de ouvido, infecção nos rins)	CMEIs e Escolas	54 crianças
Problemas na aprendizagem	Escolas	48 crianças
Família em situação de vulnerabilidade social (moradia precária, sem condições financeiras para suprir o próprio sustento e o da família, genitor e/ou responsável doente do álcool, detento, família migrante, sem paradeiro, suicídio do genitor, pais em processo de separação)	Escolas	21 famílias
Alunos em defasagem idade/série		10 crianças/adolescentes
Transporte escolar	Escolas	08 crianças
Gravidez precoce	Escolas	01 criança/adolescente
Suspeita de abuso sexual	Escolas	03 crianças
Consumo de bebidas alcoólicas e/ou drogas	Escolas	02 crianças
Sem documentação pessoal (Registro de Nasc.)	Escolas	02 crianças

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Verifica-se que muitas das demandas, tanto das escolas como dos CMEIs, são comuns. Nos CMEIs, são os encaminhamentos para Estudo Social e pareceres sobre as condições socioeconômicas das famílias que solicitam vagas nos Centros. Tal estratégia faz-se necessária devido à enorme demanda de crianças de zero a seis

anos que aguardam para serem atendidas numa lista de espera. Também são comuns casos de evasão escolar, alunos para consulta médica e outros casos por problemas na higiene.

Nas escolas, as demandas mais comuns são problemas de higiene pessoal, consultas especializadas, problemas de comportamento, dificuldades

na aprendizagem, ausência dos pais na vida escolar dos filhos e negligência familiar.

Uma questão a ser levantada é que, na maioria das demandas apresentadas pelas escolas e CMEIs, uma mesma criança é acometida de vários problemas, o que leva a pensar que ou o contexto familiar e comunitário desta criança está fragilizado e/ou interrompido devido os inúmeros problemas sociais, econômicos, culturais e afetivo-relacionais que vulnerabilizam³ a vida familiar, ou a escola não está proporcionando a permanência com qualidade destas crianças no ambiente escolar com métodos adequados para atender à necessidade das mesmas.

De acordo com a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino (2007), muitos pais não gostam de ir à escola porque pensam que só ouvirão reclamações sobre o comportamento dos filhos e/ou sobre o fraco rendimento escolar que eles vêm apresentando. Outros se sentem

3 [...] os eventos que vulnerabilizam as pessoas não são apenas determinados por aspectos de natureza econômica. Fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência...), ou vinculados à violência, ao território, à representação política dentre outros, também afetam as pessoas. Segundo Francisco de Oliveira, as situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas (as subjetividades) lidam com as perdas, os conflitos, a morte, a separação, as rupturas. (ALMEIDA, s.d., p. 02).

intimidados em participar das atividades escolares porque têm medo de não serem capazes, por se considerarem ignorantes. Há também aqueles que não participam devido aos horários de trabalho e outros que não consideram importante esta participação.

Portanto, é a escola que tem o papel de promover o encontro, de chamar as famílias e a comunidade para lhes dar a conhecer seus projetos, suas necessidades e expectativas para o ano letivo. Observa-se, no entanto, uma contradição: a escola ainda não está preparada para ouvir as expectativas e necessidades das famílias e buscar alternativas para estabelecer diálogos que favoreçam a inclusão social das crianças.

Nesse sentido, o Conselho Escolar pode ser um dos instrumentos de ampliação da participação das famílias nas tomadas de decisões que visem à melhoria da qualidade do ensino para todas as crianças. Para tanto, faz-se necessário o fortalecimento destes Conselhos em todas as escolas municipais, bem como a formação continuada para os conselheiros e para a equipe gestora de cada escola.

3.3 Análise da escolaridade dos genitores e/ou responsáveis

A Tabela 1 identifica a escolaridade dos genitores e/ou responsáveis pelas crianças acompanhadas pelo Serviço Social, como segue:

TABELA 1 - Grau de escolaridade dos genitores e/ou responsáveis no período de 2005 a maio de 2007

GRAU DE ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Ensino Fund. Incompleto	90	33,80%
Ensino Fund. Completo	06	2,30%
Ensino Médio Incompleto	05	1,90%
Ensino Médio Completo	20	7,50%
Analfabeto	64	24,10%
Sem informação	81	30,40%
TOTAL	266	100,00%

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Verificamos pouca escolaridade entre as famílias atendidas pelo Serviço Social, pois os dados revelam que 33,8% das pessoas não concluíram o Ensino Fundamental (de 1ª a 8ª série) e 24,1% se encontram analfabetas. Apenas 2,3% concluíram o Ensino Fundamental e 7,5% concluíram o Ensino Médio. Não obtemos informação de 30,4% do total geral.

Conforme dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Ministério da Educação – INEP/MEC, no ano 2000 o município de Telêmaco Borba apresentava um percentual de 14,02% da população acima de 25 anos incapaz de ler ou escrever um bilhete simples.

A falta de escolaridade dificulta o acesso dessa população a um emprego melhor remunerado, conforme vemos na tabela 2. Atualmente, com a política econômica mundial ditada pelos países ricos, a educação aqui analisada em anos de estudo já não se constitui a única exigência para a inclusão no mercado de trabalho. Exige-se a escolarização, mas também o domínio das tecnologias existentes, como a informática, o domínio de uma língua estrangeira e, na maioria das vagas dispostas em editais, também o Ensino Superior com no mínimo especialização na área afim.

De acordo com Germano (1998), nesse cenário globalizado e de ideário neoliberal, em face da exclusão social existente principalmente nos países mais periféricos, deposita-se na Política Educacional a competência em reduzir a pobreza e tornar empregável aquele que não está inserido no mercado de trabalho. Nesse sentido, “a educação assume uma dimensão meramente

instrumental, qual seja, a de preparar força de trabalho para um mercado em desaparecimento”. (GERMANO, 1998, p. 14).

A contradição reside justamente nessa ordem, onde, se de um lado o indivíduo tem que estar preparado para o mercado de trabalho – caso contrário estará excluído dele –, de outro as políticas educacionais são formuladas com o intuito de fornecer, conforme Germano (1998, p. 17) “o mínimo ou a cesta básica da educação à população pobre”, o que resulta na evasão escolar e no alto índice de analfabetismo que assola o Brasil.

Outra reflexão apontada por Germano (Ibidem, p. 14) diz respeito ao significado da palavra empregabilidade, a qual, segundo o autor, “é dotada de um significado preciso, a qual implica em transferir ao indivíduo [...] a responsabilidade pela sua inserção ou não ao mercado de trabalho [...]”

Nessa lógica, “o [...] responsável pela produção da exclusão, contudo, permanece intocável” (Ibidem), ou seja, retira-se a responsabilidade do sistema capitalista em estar promovendo a exclusão social através de suas políticas e interesses voltados apenas para o mercado, transferindo ao indivíduo o seu fracasso e incompetência.

3.4 Ocupação dos Genitores e/ou responsáveis

Os dados da Tabela 2 demonstram que, em sua maioria, as ocupações não exigem qualificação profissional e, em alguns casos, apenas uma baixa escolaridade:

TABELA 2 – Ocupação dos genitores e/ou responsáveis no período de 2005 a maio de 2007.

(continua)

PROFISSÃO	QUANTIDADE	%
Serviços Gerais	53	19,90%
Diarista	28	10,50%
Pedreiro	19	7,10%
Auxiliar de Produção	17	6,40%
Doméstica	15	5,60%
Mecânico	05	1,90%
Operador de Máquinas	05	1,90%
Motorista	04	1,50%

PROFISSÃO	QUANTIDADE	%
Vendedora	04	1,50%
Vigia	04	1,50%
Servente de Pedreiro	04	1,50%
Balconista	04	1,50%
Recicladora	03	1,10%
Pintor	03	1,10%
Cozinheira	02	0,80%
Artesã	02	0,80%
Manicura	02	0,80%
Construtor	01	0,40%
Borracheiro	01	0,40%
Zeladora	01	0,40%
Professora	01	0,40%
Jardineiro	01	0,40%
Diarista Rural	01	0,40%
Funileiro	01	0,40%
Destopador	01	0,40%
Operador de Caldeira	01	0,40%
Enlonador	01	0,40%
Soldador	01	0,40%
Garota de Programa	01	0,40%
Tratorista	01	0,40%
Agente de Saúde	01	0,40%
Sem Informação	78	29,00%
TOTAL	266	100,00%

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Os dados revelam que as ocupações que se destacam são a de serviços gerais com 19,9%, a de diarista com 10,5% e a de pedreiro com 7,1%. Outro dado significativo a ser observado diz respeito ao número de Estudos Sociais sem informação acerca da ocupação, com 29%.

De acordo com os dados, a população demandatária do Serviço Social na Educação se obriga a aceitar qualquer trabalho e valor salarial, o qual muitas vezes não é suficiente para suprir as necessidades básicas da família.

Dentre os vários fatores que permeiam a inclusão desses trabalhadores no mundo do trabalho, podemos destacar, como já mencionado acima, a baixa escolaridade; o mercado de trabalho competitivo; a grande demanda de traba-

lhadores existentes em oposição à pouca oferta de vagas; a falta de capacitação profissional; a falta de experiência na carteira de trabalho; e o fato de não existir trabalho para todos no setor industrial, o que leva muitos trabalhadores à autonomia, na maioria das vezes informal, sem qualquer vínculo empregatício.

3.5 Análise da situação profissional/ocupacional e de renda dos genitores e/ou responsáveis

A Tabela 3 apresenta um demonstrativo da situação profissional/ocupacional dos genitores e/ou responsáveis pelas crianças acompanhadas pelo Serviço Social, complementada pela Tabela 4, que apresenta a renda mensal destes:

TABELA 3 – Situação profissional/ocupacional dos genitores e/ou responsáveis

SITUAÇÃO PROFISSIONAL/OCUPACIONAL	QUANTIDADE	%
Empregado	109	41,00%
Desempregado	80	30,10%
Autônomo	44	16,50%
Aposentado e no Auxílio Doença	30	11,30%
Sem Informação	03	1,10%
TOTAL	266	100,00%

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Sobre a situação profissional/ocupacional, os dados assemelham-se entre si. O dado mais significativo é o número de genitores e/ou responsáveis empregados conforme prescrevem as Leis Trabalhistas, com 41%. Porém, não menos significativo é o número de genitores e/ou responsáveis desempregados, com 30,1%.

Evidencia-se também que 16,5% trabalham como autônomos e 11,3% são aposentados e/ou encontram-se no auxílio doença, sendo que ambos os benefícios são concedidos pelo INSS, conforme contribuição previdenciária ao Estado.

TABELA 4 – Renda dos genitores e/ou responsáveis

RENDA	QUANTIDADE	%
¼ do Salário (95,00)	13	4,80%
½ Salário (190,00)	26	9,80%
1 Salário	130	48,90%
1 Salário e ½	18	6,80%
2 Salários	13	4,80%
3 Salários	01	0,40%
Mais de 3 Salários	01	0,40%
Sem Renda	18	6,80%
Sem Informação	46	17,30%
TOTAL	266	100,00%

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Em relação à renda, constatamos que 48,9% dos genitores e/ou responsáveis pela família sobrevivem com apenas um salário-mínimo,⁴ dependendo da inclusão em programas socioassistenciais do município, do Estado e da União como forma de garantir a sobrevivência de seus membros.

Outros dados se referem a famílias que sobrevivem mensalmente com apenas ¼ do

salário (R\$95,00), com 4,8%; 9,8% famílias que sobrevivem com ½ salário (R\$190,00); e ainda àquelas que não possuem nenhuma renda mensal provenientes do trabalho assalariado, totalizando 6,8%.

Verifica-se que, do total de famílias, apenas 6,8% possui uma renda superior a um salário e meio; já com dois salários, o número é de 4,8%; com três salários ou mais, 0,4%. Outro dado se refere aos 17,3% de famílias sobre as quais não se obteve informação correspondente à renda mensal.

4 O salário-mínimo nacional vigente no período de realização da pesquisa era de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais).

3.6 Análise da situação civil, arranjos familiares, número de membros e de filhos na família

Nas tabelas que se seguem, apresentamos dados referentes à situação conjugal, número de

membros e de filhos na família e arranjos familiares, no intuito de ressaltar como vivem e se organizam as famílias atendidas pelo Serviço Social na Educação:

TABELA 5 – Situação civil das famílias

ESTADO CIVIL	QUANTIDADE	%
União Estável	81	30,50%
Casado	58	21,80%
Separado	56	21,00%
Solteiro	22	8,30%
Viúvo	12	4,50%
Divorciado	3	1,10%
Homo Afetivas	2	0,80%
Sem Informação	32	12,00%
TOTAL	266	100,00%

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Em relação à situação civil, os dados evidenciam um elevado número de uniões estáveis ou consensuais, com 30,5%. Outro dado relevante é o número de famílias cujo estado civil é o casamento, com 21,8%; por outro lado, 21% de famílias se encontram em situação de separação conjugal. Do total geral, 8,3% das famílias são compostas por genitores e/ou responsáveis solteiros; ao passo que 4,5% são compostas por viúvos; 1,1% por divorciados; e 0,8% por uniões homoafetivas.

Cada família se organiza de forma diferenciada em relação à situação civil e precisa

ser reconhecida pelas políticas públicas e valorizada nas suas mais diferentes formas de constituição, pois se entende que o que define a família não é a sua situação civil, mas sim, de acordo com Szymanski (2002, p.10), as razões afetivas que as unem dentro de um projeto de vida comum, no qual compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam o futuro, acolhem-se, atendem aos idosos e formam crianças e adolescentes.

TABELA 6 – Arranjos familiares

ARRANJOS FAMILIARES	QUANTIDADE	%
Nuclear	123	46,20%
Ampliada	67	25,20%
Mãe com Filhos	40	15,00%
Pais com Filhos	6	2,30%
Homoafetivas	2	0,80%
Sem Informação	28	10,50%
TOTAL	266	100,00%

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Na análise dos dados referentes aos arranjos familiares, evidencia-se que há diferentes configurações, embora prevaleça a família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, com 46,2%.

Em seguida, aparece a configuração familiar caracterizada como ampliada ou extensa, com 25,2%, composta por pai, mãe, filhos, avós, sobrinhos, tios, cunhados, amigos, irmãos, etc.

As famílias monoparentais são chefiadas por mães solteiras e/ou separadas e pais na mesma condição, sendo que o dado mais significativo neste arranjo familiar se refere à mãe com

filhos, com 15%, seguido dos pais com filhos, com 2,3%. A composição familiar composta por uniões homoafetivas representa 0,8%. Não se obteve informação de 10,5% das famílias.

TABELA 7 – Número de membros na família

Nº DE MEMBROS NA FAMÍLIA	QUANTIDADE	%
01	00	0,00%
02	07	2,50%
03	34	12,80%
04	57	21,40%
05	51	19,20%
06	42	15,80%
07	23	8,70%
08	22	8,30%
09	08	3,00%
10	00	0,00%
11	00	0,00%
12	01	0,40%
Sem Informação	21	7,90%
TOTAL	266	100,00%

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Nessa tabela, o dado mais significativo em relação à média de pessoas na família, foi a de quatro pessoas, com percentual de 21,4%. É interessante observar que esse dado se aproxima da média nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dentro da qual as famílias possuíam em média 3,5 pessoas no ano de 2000.

Existem também famílias com cinco membros, 19,2%; famílias com seis membros, 15,8%;

famílias com sete membros, 8,7%; com oito membros, 8,3%; com nove membros, 3%; e ainda famílias numerosas, com 12 pessoas, que representam apenas 0,4% do total. A porcentagem de famílias com três pessoas foi de 12,8%, seguido de famílias com duas pessoas, com 2,5%. Não se obteve informação de 7,9% de famílias.

Esses dados se complementam na tabela abaixo, na qual se analisa o número de filhos na família:

TABELA 8 – Número de filhos na família

Nº DE FILHOS	QUANTIDADE	%
1	48	18,00%
2	43	16,20%
3	59	22,20%
4	43	16,20%
5	17	6,40%
6	14	5,20%
7	08	3,00%
8	00	0,00%
9	00	0,00%
10	01	0,40%
Sem Informação	33	12,40%
TOTAL	266	100,00%

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Nessa tabela, o dado mais significativo se refere a famílias com três filhos, 22,2%, seguido de famílias com apenas um filho, 18%. Articulando as Tabelas 7 e 8, podemos analisar que as famílias se mostram mais numerosas não devido ao número de filhos, mas sim ao arranjo familiar, conforme expresso pela Tabela 6.

A redução do tamanho da família pode ser explicada, sobretudo, pela acentuada queda na taxa de fecundidade nas últimas três décadas, passando de 5,8 filhos em 1970 a 2,3 filhos em 1999. Fatores como a mudança de valores culturais do brasileiro e o ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho também influíram na redução da família ao núcleo conjugal com filhos.

Ainda segundo o IBGE/2000, o declínio da fecundidade é maior entre as mulheres com nível mais elevado de instrução. Em 1999, as mulheres com nível de instrução mais baixo (menos

de quatro anos de estudo) tinham em média 3,1 filhos, enquanto as mulheres com oito anos ou mais de estudos tinham em média 1,6 filhos.

Outro fator considerado pelo IBGE/2000 como determinante do tamanho das famílias é a renda, sendo o número de filhos e de pessoas inversamente proporcional à renda familiar. Em 1999, uma família com renda per capita até ¼ do salário-mínimo tinha em média cinco pessoas, enquanto uma família com renda per capita de mais de cinco salários tinha em média 2,7 pessoas.

Nos dados analisados, o número de famílias com dois filhos ou mais foi de 16,2%; com cinco filhos, 6,4%; com seis filhos, 5,2%; com sete filhos, 3%; e acima de sete filhos, 0,40%. Não obtivemos informação de 12,4% do total geral.

No Quadro 2, apresentamos os principais problemas identificados nas famílias:

QUADRO 2 – Principais problemas socioeconômico-culturais identificados nas famílias atendidas pelo Serviço Social na Educação, no período de 2005 a maio de 2007

PROBLEMAS	QUANTIDADE
Sem moradia e/ou moradia em situação precária – invasão	46
Falta de higiene na moradia	35
Genitores e/ou responsável que declararam fragilidade na autoridade familiar	29
Alcoolismo	28
Genitores e/ou responsável que reclamaram do comportamento dos filhos (irritado, agressivo, desobediente, apatia e outros)	21
Filhos adolescentes fora da escola	19
Dificuldades no relacionamento familiar (homem, mulher, filhos)	17
Filhos que não gostam de frequentar a escola	16
Genitores que abandonaram os filhos	15
Negligência familiar	14
Crianças em situação de rua	13
Falta de infraestrutura básica (luz, água encanada e esgoto)	12
Depressão de um dos genitores e/ou responsável	11
Violência doméstica	09
Falta de documentos pessoais	08
Drogas	07
Doença mental de um dos genitores e/ou responsável	06
Pai preso	06
Pobreza extrema (fome)	06
Gravidez na adolescência	05
Reclamação da escola	05
Pai não paga pensão alimentícia	05
Suicídio	02
Alcoolismo infantil	02

Fonte: Arquivos do Serviço Social – Formulários de Estudo Social e de acompanhamento das famílias, 2005 a maio de 2007.

Um dos problemas mais comuns identificados na maioria das famílias atendidas se refere a problemas de moradia, sejam eles a falta de habitação própria, habitações em terrenos irregulares e em péssimas condições de conservação e higiene, lugares sem ventilação e insalubres.

Outro problema relevante presente nas queixas dos genitores e/ou responsável se refere à perda da autoridade familiar, onde estes expressam “não poder com a vida dos filhos” ou reclamações quanto ao comportamento dos mesmos (irritado, agressivo, desobediente, apatia e outros), solicitando ao profissional o encaminhamento das crianças para instituições ou abrigos onde possam ser disciplinadas e educadas.

Essa problemática não faz parte apenas do universo de famílias que se encontram vulnerabilizadas, pois, segundo Sarti (1997), são decorrentes de mudanças que vêm ocorrendo na família no mundo contemporâneo e que estão relacionadas à perda do sentido da tradição.

A partir da reflexão de Sarti (1997, p. 43), faz-se necessário compreender que,

[...] embora comporte relações de tipo igualitário, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores como instituinte da regra. O que se põe em questão, na família, com a introdução da individualidade, não é a autoridade em si, mas o princípio da hierarquia no qual se baseia a autoridade tradicional.

Ainda de acordo com Sarti,(1997, p.45),

[...] neste processo de contestação do padrão tradicional de autoridade familiar, dos pais sobre os filhos e do homem sobre a mulher, houve uma confusão entre os excessos da autoridade de tipo tradicional e o exercício legítimo e necessário da autoridade na família, levando a uma permissividade que tem prejudicado particularmente as crianças, que ficaram sem limites estabelecidos.

Para tanto, os profissionais envolvidos com famílias necessitam compreender tais mudanças apontadas por Sarti, para que suas orientações e intervenções sejam coerentes com a realidade destas famílias, no sentido de sobreporem-se ao atendimento emergencial das necessidades

identificadas, atuando como propositores de mudanças de atitudes, hábitos e padrões que moldam seus comportamentos.

Quanto aos problemas que afetam as relações familiares, a escola pode ser uma importante aliada, provendo diálogo entre educadores e pais sobre as situações enfrentadas na família e buscando troca de experiências e soluções conjuntas.

Na maioria das famílias, além das orientações gerais, são realizados encaminhamentos para a Rede de Serviços Públicos existentes no município, de acordo com as necessidades identificadas e também relatadas pela família. A Rede é composta por serviços organizados nas Políticas Públicas de Saúde, Educação e Assistência Social, com exceção do trabalho com adolescentes de 14 a 18 anos, realizado pelo Projeto não governamental Associação Educacional Fanel – Guarda Mirim e o Conselho Tutelar.

Na área da saúde, os encaminhamentos ora são realizados para o setor do Tratamento Fora de Domicílio – TFD,⁵ ora para serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde – SUS no município.

Na área da Assistência Social, os encaminhamentos foram de natureza emergencial para atender necessidades de roupas, calçados, cesta básica, gás, cobertores e documentação pessoal e também crianças de 6 a 12 anos para o Projeto de Contraturno Social.

Na área da Educação, alguns dos encaminhamentos foram realizados para a própria equipe de trabalho do Centro Municipal de Apoio Especializado – CEMAE, para os serviços de Psicopedagogia, Psicologia e Fonoaudiologia e também para a Seção de Transporte Escolar e Seção dos Centros Municipais de Educação Infantil.

À guisa de conclusão, almejamos apresentar as possibilidades e os limites da prática do Serviço Social na Educação junto às famílias atendidas e acompanhadas, com o objetivo de

5 TFD se caracteriza na condução de pessoas do município para tratamento de saúde em Curitiba e Ponta Grossa, em diversas especialidades não ofertadas no município pelo Sistema Único de Saúde – SUS, disponibilizando o transporte de ida e volta durante o período de tratamento.

avaliarmos os avanços já alcançados e os desafios que ainda precisam ser transpostos.

4 Conclusão: possibilidades e limites da prática profissional do Serviço Social na Educação junto as famílias

Os dados apresentados revelam que a vida cotidiana das famílias atendidas pelo Serviço Social na Política de Educação no município de Telêmaco Borba – PR é um reflexo da desigualdade social existente no país, onde a concentração de renda atinge índices insuportáveis e inaceitáveis para uma nação rica como o Brasil. Em contrapartida, sabe-se que o Sistema Brasileiro de Proteção Social, apesar dos avanços evidenciados, ainda é insuficiente para atender qualitativamente a demanda de famílias que se encontram vulnerabilizadas.

Frente a essa problemática, faz-se necessário uma articulação entre os vários setores responsáveis pelas políticas públicas do município, com o objetivo de, num primeiro momento, atender às necessidades imediatas das famílias e, em outro, planejar ações conjuntas que enfatizem aspectos preventivos, educativos e redistributivos, visando à superação da situação de vulnerabilidade social que assola essas famílias há várias gerações.

Outra questão evidenciada é que os demandatários do Serviço Social na Educação são os mesmos demandatários da Secretaria de Ação Social, da Saúde, da Educação, enfim. Portanto, a articulação entre essas políticas, além de propiciar a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis, também garantirá que a continuidade nos trabalhos, além do atendimento emergencial, ocorra de forma planejada, com ações promotoras dos indivíduos enquanto seres de direitos e transformadores da realidade social.

Do mesmo modo, faz-se necessário ressaltar a importância da continuidade do trabalho com as famílias, pois este permite a construção de vínculos, sem os quais não se consegue penetrar no universo complexo (cultural, afetivo, social, psicológico, além do econômico) que configura o contexto familiar, o que dificulta a prática profissional e seus desdobramentos.

Diante disso, concluímos que o grande desafio ainda presente na prática profissional do Serviço Social na Educação é fomentar o diálogo entre a família e a escola. Trata-se de uma prática que deve, por um lado, garantir materialidade à Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino e, por outro, fortalecer a participação da família no contexto escolar, sensibilizando os educadores a ouvirem as demandas sociais desses sujeitos de direitos.

5 Referências

- ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa de. **Vulnerabilidade social**. Desenvolvimento Humano no Recife, Atlas Municipal. Recife: 2006. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/Vulnerabilidade%20Social.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2007.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete, et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.
- ARQUIVOS do Serviço Social. Formulários de Estudo Social e de Acompanhamento das Famílias, 2005 a maio de 2007. **Secretaria Municipal de Educação de Telêmaco Borba**, PR. 2007.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em serviço social**. São Paulo: Veras, 2001.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 41-52, 2006.
- BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 20 dez. 1996.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant, et al. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FÁVERO, Eunice Teresinha. O estudo social: fundamentos e particularidades da sua construção na Área Judiciária. In: Conselho Federal de Serviço Social. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2003.

GERMANO, José Willington. **A transformação da questão social e a educação**. Conferência proferida durante a Reunião Anual da SBPC, 50, Natal, UFRN, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?z=t&o=22&i=P>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TELÊMACO BORBA/PR. Secretaria Municipal de Educação. Divisão de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Técnico de Credenciamento do Município na chamada pública 001/2007**, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC. Telêmaco Borba, 2007.

_____. **Proposta pedagógica da Rede Municipal de Ensino**: versão preliminar. Telêmaco Borba, 2007

_____. Texto. Primeira Conferência Municipal de Educação “Da Escola que temos à Escola que queremos”. Telêmaco Borba, 2005.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: v. 23, n. 71, p. 09-25, set. 2002.